



**ESPAÇO E TERRITÓRIO:
CATEGORIA E CONCEITO DE ANÁLISE PARA A COMPREENSÃO
DA DINÂMICA DO MOVIMENTO OPERÁRIO**

**ESPACIO Y TERRITORIO:
CONCEPTO Y CATEGORÍA DE ANÁLISIS PARA ENTENDIMIENTO
DE LA DINÁMICA DE LO MOVIMIENTO OBRERO**

**SPACE AND TERRITORY:
CATEGORY AND CONCEPT OF THE ANALYSIS FOR THE WORKER
MOVEMENT DYNAMIC'S UNDERSTANDING**

Amir El Hakim de PAULA¹

Professor Assistente Doutor do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista(UNESP)/Campus de Ourinhos.

Endereço: Avenida Renato Costa Lima, 451, Ville de France, Cep: 19903-302, Ourinhos/SP

Email: amir@ourinhos.unesp.br.

Resumo

A compreensão da dinâmica inicial do movimento sindical e operário brasileiro ainda não mereceu maiores preocupações da ciência geográfica. O geógrafo quando discute o operariado e as suas condições de vida coloca-o como mais um dado da indústria ou localiza-o na cidade dentro de um processo maior, como o da urbanização. Nesse artigo procuramos demonstrar que no início do século XX havia uma preocupação da classe operária em se organizar pela cidade e pelo país, se utilizando de estratégias espaciais e/ou territoriais para conquistar os seus objetivos imediatos, como aumento de salários, melhores condições de trabalho, mas principalmente questionar de forma veemente uma sociabilidade dominante pautada no individualismo extremo. Ao utilizarmos os conceitos e categorias que são caras ao temário geográfico, como espaço e território, procuramos demonstrar as novas nuances que essa ciência pode deslindar neste movimento, inserindo-a nos debates a partir de seus principais pressupostos metodológicos.

Palavras-Chave: Espaço; Território; Operariado; Brasil.

Resumen

La comprensión de la dinámica inicial del movimiento sindical y los trabajadores brasileños no merecerán mayores preocupaciones de la ciencia geográfica. El geógrafo cuando habla de la clase obrera y sus condiciones de vida pone más como una industria determinada o localizados en la ciudad dentro de un proceso más amplio, como la urbanización. En este trabajo se muestra que a principios del siglo XX hubo una preocupación de la clase obrera para organizar la ciudad y el país, el uso de estrategias espaciales y / o territoriales para lograr sus objetivos inmediatos, como el aumento de los salarios, mejores condiciones de trabajo pero sobre todo a cuestionar vehementemente una sociabilidad dominante pronunciado sobre el individualismo extremo. Mediante el uso de los conceptos y categorías que son caros de agenda geográfica como el espacio y el territorio, buscamos demostrar los nuevos matices que la ciencia puede desentrañar este movimiento mediante la introducción en el debate de sus principales supuestos metodológicos.

Palabras-Clave: Espacio; Territorio; Clase Obrera; Brasil

¹ Este artigo procura sistematizar as reflexões do autor na pesquisa da Fapesp intitulada "Território e Geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico" (Processo 2015/17945-3), sob a coordenação do Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini.

Abstract

Understanding the initial dynamics of the trade union movement and Brazilian workers did not deserve even greater concerns of geographical science. The geographer when discussing the working class and its living conditions puts it more as a datum industrial or located it in the city within a larger process such as urbanization. In this paper we show that in the early twentieth century there was a concern of the working class to organize the city and the country, using spatial and / or territorial strategies to achieve their immediate goals, such as increased wages, better working conditions but mostly to question vehemently a dominant sociability ruled on extreme individualism. By using the concepts and categories that are expensive to geographical agenda, such as space and territory, we seek to demonstrate the new nuances that science can unravel this movement by entering it in the debate from its main methodological assumptions.

Key words: Space; Territory; Work Class; Brazil

Introdução

Os estudos sobre o movimento operário ainda são incipientes na ciência geográfica. Conforme aponta Moreira (1985), até meados da década de 1970 (antes da emergência da chamada geografia crítica) o operariado era tratado pelos geógrafos como mais um aspecto da população de uma dada localidade.

Os estudos que procuraram melhor caracterizar a presença do operário no país estavam, quase sempre, ligados às pesquisas realizadas por profissionais de outras áreas das ciências humanas, caso de historiadores, cientistas sociais e economistas². Quando os geógrafos tratavam da classe operária, ela estava destacada dentro de uma discussão maior, como por exemplo, nos estudos de Geografia Industrial ou mesmo Geografia Urbana.³

Embora, a partir da década de 1990, os trabalhos desenvolvidos por Thomaz⁴ e aqueles por ele orientados tenham se tornado referência nas questões sobre trabalho, não tiveram como foco compreender a gênese dos trabalhadores urbanos no país.

Neste sentido, analisar o papel do operário no início do século XX, suas lutas, sua relação com o Estado liberal e, posteriormente, com o Estado corporativo implementado por Vargas, ainda é quase um objeto de estudo exclusivo de outros cientistas humanos, e a presença de geógrafos é irrisória. A partir dessa preocupação inicial realizaremos um esforço metodológico para melhor compreendermos as ações operárias nesses dois períodos históricos.

² Entre outros podemos lembrar dos trabalhos de Simão (1966), Dean (1971), Fausto (1976), entre outros.

³ Veja-se, por exemplo, o texto clássico sobre a cidade de São Paulo de Petrone (1958), no qual o autor discorre sobre a presença das classes sociais nos diversos bairros, sem se importar em discutir com maior profundidade os reais motivos desta disposição espacial na cidade.

⁴ Entre esses trabalhos podemos citar: Carvalho, Terezinha B. Gênero e classe nos sindicatos. São Paulo: Edições Centelha, 2004/ Carvalho, M. D. A comunicação sindical em Presidente Prudente: Elementos para uma leitura geográfica. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT-UNESP/PP, 2000.

1. A gênese do movimento operário brasileiro sob uma perspectiva geográfica

A compreensão da formação do movimento sindical no Brasil terá como suporte o uso da categoria espaço e do conceito de território, sendo que no primeiro caso a escala de análise será a local e, no segundo, a escala de análise será a regional ou nacional.

Esperamos que no final tenhamos, ainda que minimamente, discutido as práticas cotidianas desses trabalhadores urbanos, tendo como base a categoria espaço e o conceito de território como forma de se obter maior esclarecimento das lutas cotidianas ocorridas nesse período de formação e crescimento da classe operária brasileira.

Ao elencarmos o espaço à condição de categoria geográfica estamos hierarquizando-o, o que pode nos levar a tratá-lo como uma esfera ontológica do pensamento e, nesse sentido, ainda ligado aos processos mais abstratos do conhecimento.

Entretanto não entendemos o espaço como uma entidade do mundo sensorial ou, como entendia Kant⁵, partícipe de umas das formas de sensibilidade humana. Mais do que algo em si e, por isso, promotor de ações, o espaço é algo produzido cotidianamente, e na sociedade capitalista, essa produção depende também das correlações de classe existentes.

Logo, o espaço é uma estrutura socialmente construída onde seus usos dependem da intencionalidade do grupo social que se apropria dele, sendo que o valor daí decorrido (uso ou troca) demonstra a classe social que executa essa ação.

O espaço só tem importância para nós na medida em que consigamos apreender essas atividades cotidianas, às vezes triviais ou banais, como um *pic-nic* no parque, mas também ações que intencionam transformar o espaço em mais uma mercadoria, um momento ímpar para a reprodução do valor.

O campo de preocupação é o espaço socialmente construído por meio das ações promovidas por uma classe específica, em um tempo também determinado. Não é um espaço sem ação (espaço sensorial de Kant) ou que promove uma ação (espaço ontológico). Mas aquele que só tem existência a partir das várias reproduções humanas, sejam elas sociais, econômicas, culturais.

⁵ Mais detalhes ver: VITTE, Antonio Carlos. *Kant, o kantismo e a Geografia: Histórias, percalços e possibilidades*. Campinas: Appris Editora, 2014.

É o espaço do homem que temos como preocupação e não o espaço sem intencionalidade social/econômica e ficarmos preso a uma geografia *lablachiana* que compreendia a Geografia como ciências dos lugares e não dos homens. Mais do que um receptáculo de ações e intencionalidades humanas, o espaço é uma construção de indivíduos ou classes, que criando valores apontam neles seus objetos, o que garante a viva expressão de sua visão de mundo.

Por isso concordamos com Carlos (1979, p.101) que "[...] o modo de produção determina a existência e a própria organização do espaço [...]". Entretanto isso não significa que ele não possa ser usurpado por aqueles que não se sentem representados por essas intervenções, nem mesmo pelos objetos ali construídos.

Ao não ficarem alheios às intervenções no espaço de uma dada classe dominante, no capitalismo, modo de produção voltado exclusivamente ao lucro, as outras classes sociais procuram de forma velada, ou não, demonstrar seu descontentamento, quando então conflitos nele são inevitáveis.

O espaço que estamos discutindo é bem definido. É o espaço da cidade capitalista onde a convivência pacífica entre as classes sociais pode ocorrer, motivado, principalmente, pela espetacularização dos objetos concretos edificados, sejam eles equipamentos públicos ou não⁶.

A disputa por uma cidade mais humana, democrática, gerida por todos que nela (sobre)vivem contra aqueles que a veem como mais um objeto passível de lucro, uma propriedade privada, pode ser violenta. Ao negar a reprodução da cidade enquanto uma produção de mercadorias, ou seja, a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso, a classe operária imprime no espaço urbano as suas expectativas, suas perspectivas de mudança, seus próprios interesses, questionando um modelo de vida pautado apenas na extração de mais-valia.

Os equipamentos urbanos que surgem obedecem a esse interesse de classe. São os locais mais centrais e pontos de referência para o processo de produção capitalista que logo se destacam na paisagem urbana, possibilitando a um desavisado qualquer a impressão de que o particular na cidade aparenta ser o todo.

Os edifícios, as praças, o mercado central, os serviços de transporte, água e esgoto, energia elétrica e tantos outros estão próximo do desejado onde a aferição de lucros é mais garantida. Nos locais mais afastados, a cidade é escura, quase sempre suja, nas praças o que transparece são os equipamentos deteriorados, nada que pareça sugerir a beleza do centro.

⁶ Como demonstra Lefebvre (2008, p. 47) "essa vinculação à produção, do espaço em geral e do espaço urbano em particular, abrange somente a reprodução dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho".

E, então, o espaço urbano vai demonstrando a sua contradição. Os bairros elegantes se afastam dos mais precários. No primeiro a vida está limitada às ruas e seus automóveis. No segundo, as calçadas podem significar o único momento de lazer. No bairro elegante o cotidiano se expressa na compra e venda de produtos, físicos ou não, quando a imagem parece ser o essencial. Já nos bairros mais arrabaldes, a necessidade impõe a troca como forma de sobrevivência.

E uma sociabilidade vai se construindo diferentemente, visto que a apropriação do espaço urbano vai sendo realizada de maneira diversa também. Isso é notório quando analisamos as mudanças pelo qual a cidade de São Paulo passou nas primeiras décadas do século XX. Sai o provincianismo e a presença de uma mistura de classes no centro, para a "modernidade" que separa os indivíduos em classes sociais antagônicas e, claro, bairros distanciados.

Embora, na cidade, a classe dominante possua a força de impor o ritmo de seus interesses, transformando-a em mais uma propriedade a ser comercializada, é notória a crítica do operariado a esse projeto de expansão mercadológica. E essa crítica se expressa nas várias formas de resistência que ocorrem às vezes pacíficas em encontros para a leitura de textos e audição de palestras, mas principalmente em questionamentos contundentes à essa ordem espacial, caso das manifestações e greves.

Contrário a um processo econômico capitaneado pela classe dominante que compreende a cidade como uma mercadoria, surge entre as classes mais populares, como o operariado organizado, a luta por melhores condições de trabalho que se utiliza das ruas para estrategicamente questionar a cidade capitalista que lentamente vai sendo construída tendo como mote uma "modernização excludente".

Largamente defendendo a luta por uma cidade para o uso e não para o lucro, os operários organizados em sindicatos de orientação anarquista iniciam uma série de manifestações de rua que tem como ponto culminante chegar às ruas centrais da cidade, aquelas que receberam várias melhorias estruturais e tem nelas localizadas as principais lojas.

Ao chegar nessas ruas centrais, em grandes colunas e cantando as suas músicas revolucionárias, os operários modificam uma dada "lógica" espacial na cidade: a área central, local de moradia e compras da burguesia e classe média nascentes já não recebe apenas trabalhadores atomizados, indo e vindo de e para as suas moradias; mas grupos organizados que procuram as ruas como forma de questionar o processo de reprodução do espaço que os relegou à periferia.

E, naquilo que Lefebvre (2008) chamou de apropriação espacial, as ruas da região central, delegada pela força do capital às camadas mais altas da sociedade

paulistana, fica momentaneamente nas mãos operárias e o ritmo cotidiano é aos poucos sendo usurpado por gritos subversivos.

A principal motivação das ruas passarem a ser o canalizador da insatisfação da classe operária se explica pela própria concepção organizatória destes trabalhadores. Sendo os sindicatos, inicialmente, orientados por preceitos anarquistas, a utilização do parlamento enquanto plataforma legítima para almejar as conquistas sociais é totalmente descartada.

Entretanto, se poderiam ocupar as ruas de forma "pacífica", sem que o funcionamento das lojas e a circulação não fossem prejudicados. Mas, não parece ser essa a intenção desses sindicalistas.

Um *meeting* anarquista não é um *meeting* comum e só duas coisas podem e devem influir para que ele não seja levado a efeito: a morte ou a cadeia. Nada de autorização e, si ella intervem, só violentamente o possa dissolver. (A PLEBE, 08/07/1917, p.03)

A manifestação de rua para esses sindicatos não é mais uma estratégia de luta: é a única estratégia. Por isso, o planejamento deve ser realizado com muito cuidado para que o sucesso da mesma signifique a demonstração da força dos operários. Igualmente às camadas mais ricas da sociedade que entendem a cidade como uma mercadoria a ser consumida, a classe operária também tem um projeto de cidade.

Enquanto, no primeiro caso, o lucro rápido e certo é o principal objetivo no projeto de "modernização" que a burguesia industrial aplica aos vários espaços da cidade, para a classe operária se contrapor a esse modelo rentista é demonstrar que ela também possui uma visão "moderna" de cidade.

Uma cidade que privilegie o valor de uso e não o valor de troca, que aponte a possibilidade de uma democratização dos espaços e não a segregação derivada da especulação imobiliária que leva, entre outras coisas, a uma alta crescente dos aluguéis. E para se contrapor à essa dinâmica espacial capitalista, os operários organizados em sindicatos também possuem estratégias de ocupação do espaço urbano.

Essas estratégias estão ligadas a apropriação das ruas centrais em grandes manifestações, gerando um questionamento ao processo que determina a divisão da cidade entre bairros ricos e pobres. A partir das reflexões de Lefebvre (2001,2008), tem-se em consideração a cidade e as intervenções sofridas pelo urbano, principalmente no que se refere à imposição do valor de troca sobre o valor de uso, percebendo-se que a sociabilidade dominante individualista vai se sobrepondo às interações sociais marcadas pela solidariedade.

A luta por uma cidade marcada por uma sociabilidade menos individualista só pode ser resultado da imposição dos valores vinculados às classes menos abastadas ou a que a ela estão ligadas por uma questão de sobrevivência, ou mesmo funcionando como um contraponto ao processo econômico-social dominante. Então ocupar as ruas em reuniões de formação política, bailes, festas é uma forma pacífica de questionar a cidade do capital, contribuindo para que manifestações de caráter mais questionador, como greves, sejam efetivamente concretizadas.

Um momento de congratulação entre os operários aparece como um momento de formação política necessário para que essa sociabilidade solidária ganhe força e seja imprescindível para que, em momentos de conflito, como manifestações generalizadas, a união entre esses indivíduos esteja mais sedimentada. Caso contrário, a força de grandes movimentações de rua estaria fadada ao fracasso, visto que não houve previamente a necessária reunião entre todos e o fortalecimento do sentimento de classe.

Eventos como as manifestações contra a carestia de vida em 1913 e na greve geral de 1917 só foram possíveis porque anteriormente eventos menores e com o objetivo de buscar uma maior solidariedade entre os operários ocorreram. E todos eles questionavam a cidade que estava marcada pela lógica do capital, imprimindo uma nova geografia, mais solidária e ligada aos valores e anseios de uma maioria.

Então, o espaço urbano também tem um significado para as classes trabalhadoras. Não aquele identificado pela marca do lucro que leva à especulação imobiliária. No caso dos operários do início do século XX, ocupar o espaço urbano é mais do que uma ação de preenchimento de vazios, de terrenos ainda sem muita preocupação especulativa para as camadas mais ricas da sociedade. É impor um modelo de sociabilidade não mais vinculado aos do patronato, e propor outra forma de organização social, mais democrática, autônoma e libertária.

Na perspectiva anarquista destes sindicatos, a cidade com suas avenidas, ruas e vielas deve ser o receptáculo das lutas por mudanças significativas, seja aquelas ligadas a uma melhor condição de trabalho e vida, mas também o local ideal para iniciar-se a construção de outra sociedade. Cada pedaço da cidade tem a sua significância e merece um tratamento estratégico. As avenidas foram abertas para a melhor circulação das mercadorias. Mas são elas que também possibilitam que as grandes manifestações cheguem ao centro.

As ruas são importantes porque possibilitam a movimentação dos trabalhadores em grandes avenidas e seus entroncamentos, devendo ser o ponto inicial de aglomeração de pessoas. As vielas e as ruas dos bairros mais afastados formam o ancoradouro de defesa destes trabalhadores quando da chegada do corpo

policial. As vielas funcionam como locais de refúgio e de ataque, já que ao contrário do policial, o morador de lá conhece todos os acessos.

Um momento crucial para que essas movimentações e conflitos no espaço ocorressem em São Paulo se deu na Greve Geral de 1917. Longe de ser um evento econômico por melhores condições de vida e de trabalho, esse fato histórico e geográfico demonstra a incrível percepção espacial da classe operária e as estratégias de luta que tiveram para que o movimento se perpetuasse por mais de um mês, sendo que em pelo menos duas semanas de intenso conflito social.

Se o espaço urbano para as classes abastadas tem um direcionamento claro que é a busca pelo lucro, para a classe operária, desprovida de maiores interesses econômicos, ele serve como palco constante de uma luta de classes que pode significar a vitória de um projeto solidário sobre o projeto individualista. O espaço aqui então não é uma questão sensorial, ligado apenas a uma percepção cotidiana de outra sociabilidade, mas também os pontos necessários para a consecução de uma estratégia revolucionária.

A análise espacial do geógrafo permite perceber essas nuances ainda pouco desveladas na cidade. O espaço local para os operários é o aspecto inicial de toda uma luta por mudanças. A partir dele e dessa apropriação entende-se que uma transformação social maior também é possível. Ocupar as ruas centrais tem um grande simbolismo. Significa adentrar em um espaço que não é seu, que apesar de público, cotidianamente é utilizado como um local de aferição de lucros por grandes lojas luxuosas.

Como a elite atesta sobre esse fato

[...] Com o decorrer das horas, o movimento pelas ruas do bairro, e especialmente pela grande artéria que é a Avenida Rangel Pestana, começou a intensificar-se e era quase na sua totalidade, composto de operários, homens, mulheres e crianças que haviam deixado de comparecer às fábricas. De uma certa hora em diante, o triângulo central entregue a sua actividade pacífica, começou igualmente a ser invadido por uma onda de desocupados. O commercio, alarmado com os gritos subversivos que partiam daqui e acolá, julgou prudente cerrar também as suas portas, a exemplo do que estavam succedendo nos arrabaldes, ainda os mais longínquos. (CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917, p.2)

Da mesma forma que os operários entenderam o local como o substrato necessário para a construção de uma união de classe, perceberam também que ao se almejar voos maiores, deveriam estar atentos a uma ação coordenada no país inteiro. Se, com a análise espacial percebemos as lutas cotidianas destes trabalhadores, a

partir do conceito de território e suas possibilidades, vamos compreender de que forma essa classe se organiza pelo país.

Uma reflexão inicial se faz necessária: de que forma a Geografia clássica entendia o conceito de território? E esse discurso geográfico consegue minimamente nos possibilitar uma reflexão sobre a ação operária? É importante frisar que para alguns historiadores do pensamento geográfico, caso de Moraes (1981), a inserção dos estudos do Homem na Geografia inicia-se com Friedrich Ratzel.

Para Ratzel (apud MORAES, 1981), a inclusão do homem nas discussões científicas da Geografia se fez por meio do entendimento do surgimento dos estados nações, principalmente após a chamada Guerra Franco-Prussiana. Com a vitória da Prússia e por consequência o estágio final da unificação alemã, a Geografia começa dar uma maior importância para os estrategistas políticos.

Por meio dos estudos geográficos, os defensores do processo de unificação nacional iniciam uma postura científica em retomar um conceito que até então tinha uma importância quase que restrita às ciências naturais (por exemplo, a Etologia): Território.

O conceito de território que começaria a se apresentar na Geografia estava ligado aos processos de anexação de grandes porções de áreas nos continentes africano e asiático, justificando o avanço dos países europeus nessas regiões como algo necessário e ligado a um processo civilizatório⁷.

Como aponta Ratzel (1983, p.99)

A organização de uma sociedade depende estreitamente da natureza de seu solo, de sua situação; o conhecimento da natureza física do território (*pays*), de suas vantagens e de seus inconvenientes, resulta então na história política. [...] a aquisição de um território novo, ao obrigar os povos a empreender novos trabalhos, estendendo seu horizonte moral, exerce sobre eles uma ação verdadeiramente libertadora.

Essa forma de expressar o território, única e exclusivamente pela dinâmica de formação do Estado-Nação, quando os habitantes de um local são influenciados pelas potencialidades do solo em que vivem, promove também a ideia de conquista de novas áreas para aqueles que necessitam de melhores condições de vida por não estarem ligados a um local com grandes potencialidades naturais.⁸

⁷ Neste sentido geógrafos não defensores de práticas neocolonialistas pelas potências europeias, como Piotr Kropotkin e Elisée Reclus sempre tiveram uma presença quase que totalmente obscura.

⁸ La Blache também apontou para que servia a Geografia em um texto escrito para o ensino da disciplina nas escolas primárias: "Assinala as condições e deixa à competição, lei universal dos seres vivos, o cuidado de obter resultados. [...] Daí surge a necessidade que tem cada povo de informar-se seriamente

Essa conceituação de território, ainda muito própria das estratégias de domínio dos países centrais em suas colônias, não permite avançar para a construção de uma teoria voltada às classes mais desfavorecidas.

Ao se propor um projeto de Estado ligado ao solo, e deste entrelaçamento vislumbrar a formação de uma identidade cultural, Ratzel, La Blache e alguns geógrafos clássicos (ou seja, iniciadores do processo de modernização da ciência geográfica no século XIX), preocupavam-se em determinar (visto a larga influência deles nas instituições políticas de seus países de origem) as características que marcavam a supremacia de um povo sobre o outro.

Esse tratamento dado ao pensamento geográfico, enquanto definidor da formação e difusão de um espírito nacional se enquadrava perfeitamente nos projetos de dominação (e às vezes aniquilação) dos povos ditos não civilizados. Ainda que houvesse por parte dos membros das comunidades científicas geográficas da Europa um grande apelo nacionalista em defesa desse mecanismo de dominação sociocultural na África e na Ásia, o fato é que autores que não concordavam com essas prerrogativas tinham grande relevância na cena científica.

Podemos citar, por exemplo, os debates que ocorreram na *Royal Geographical Society* entre Piotr Kropotkin e Halford Mackinder nos anos de 1880 e 1890, sobre qual seria o papel da Geografia. Para o geógrafo britânico a ciência geográfica era uma estratégia de dominação dos empresários e dos governantes, tendo sido combatido veementemente pelo geógrafo russo.⁹

Além de um debate entre geógrafos, a querela Mackinder-Kropotkin significou o surgimento de duas concepções epistemológicas acerca do papel da Geografia na sociedade: a primeira, como um substrato ideológico que justificaria a dominação das sociedades mais "esclarecidas" e, a outra, colocando a Geografia como uma ciência que deveria ser apropriada por todos.

A proposta de Kropotkin (2011) não servia aos interesses expansionistas destes Estados recém-unificados e/ou aqueles que se voltavam à pilhagem da Ásia e África. Mas servia para aqueles que acreditavam na destruição da sociedade vigente e a substituição por uma sociedade socialista¹⁰. Ao contrário dos intelectuais que defendiam as ações territoriais comandadas pelos Estados europeus em outros

dos recursos próprios que ele traz à luta. [...] Para isto, a Geografia é também uma boa conselheira. (BLACHE, 1943, p. 21)

⁹ Mais detalhes sobre esse debate ver: Kearns(2004); Vesentini,(2008); Kropotkin,(2011).

¹⁰ O texto de Piotr Kropotkin que discute o processo de neocolonialismo na África e Ásia chama-se *Wars and Capitalism*, por nós traduzido e publicado na edição 32 da revista *Geographia* (2014).

continentes, Kropotkin, por ser anarquista, acreditava em uma Geografia emancipatória, aproximando-a aos movimentos dos trabalhadores e de suas escolas¹¹.

Essa presença contínua do geógrafo russo entre a classe operária organizada possibilitava a esses trabalhadores terem acesso a uma geografia escolar diferenciada¹². E as discussões que ocorriam nas aulas não corroboravam as atividades europeias de ação coordenada pela espoliação de territórios, visto que dois dos pontos centrais defendidos pelo geógrafo era a condenação do nacionalismo e do preconceito contra os chamados "povos inferiores".

Sendo um movimento internacionalista, os trabalhadores do mundo deveriam condenar veementemente as manobras realizadas por seus governantes. E, se a Geografia era uma arma de dominação, como pensava Mackinder, podia ser também estratégica para os trabalhadores romperem com o processo de dominação capitalista.

A Geografia como estratégia para os dominados não cabe no pensamento clássico defensor da relação território-população-Estado nacional¹³. Por isso, os autores que conseguem nos ajudar a refletir sobre a ação territorial dos trabalhadores do início do século XX no Brasil partem de uma visão de território oposta aos dos geógrafos do final do século XIX.

Baseando-se largamente nas análises que Foucault (1994, 2001) empreendeu sobre as relações de poder na sociedade, Raffestin (1993) trouxe para a ciência geográfica uma análise territorial não mais calcada apenas nas ideias de Ratzel (1983).

No Brasil, a partir da década de 1990, geógrafos de universidades fluminenses como Souza (1995) e Haesbaert (2004), ampliaram esse debate e trouxeram novas perspectivas para o conceito de território e suas variações (como territorialidade-desterritorialização-multiterritorialidade). Assim, as ações territoriais não ficariam apenas ligadas ao projeto de Estado Nação proposto por Ratzel (1983). E os movimentos sociais, como os dos trabalhadores, poderiam ser analisados a partir de considerações como as de Souza (1995, p.85): "Territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por exemplo, uma rua) à internacional [...]."

¹¹ Mais detalhes ver: Kropotkin (2011)

¹² O caso mais emblemático é da Escola Moderna de Barcelona. Para maiores detalhes sobre a proposta educacional, bem como compreender melhor o ensino de Geografia nessa proposta libertária ver: PAULA, Amir El Hakim de. As aulas de geografia nas escolas modernas: Teoria e prática anarquista de educação. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 92 (2012).

¹³ Interessante perceber como as ideias de Ratzel acerca do solo (*Boden*) estarão presentes nas obras de importantes filósofos do século XX, como Martin Heidegger e servirão de base para os ataques nazistas ao povo judeu, considerados uma comunidade sem solo (*Bodenlosigkeit*) e desta forma inimigos de um suposto fortalecimento da ideia de Estado-Nação na Alemanha. Mais detalhes ver: Faye (2015, p.59)

Então, baseados nessas indicações propostas por autores marcadamente influenciados pelas ideias de Foucault (1994,2001) e adicionando a peculiar forma de organização dos sindicatos de trabalhadores, é que realizaremos uma análise das ações territoriais dos operários e veremos como a proposta territorial de ação na escala regional e nacional se coaduna com a luta por uma cidade mais democrática na escala local.

Nestes termos apresentados, tentaremos demonstrar que há uma coordenação entre as ações locais e nacionais destes trabalhadores, visto que os sindicatos que agem localmente estão articulados regionalmente e nacionalmente. Então a estratégia local é parte de uma ação territorial na escala regional, que busca marcar no país a presença de uma sociabilidade contrária àquela dominante.

Concomitante às ações coordenadas de apropriação do espaço urbano, os sindicatos de orientação anarquista se organizaram pelo país buscando construir um movimento operário unificado. Embora soubessem as dificuldades de articulação que um país com dimensões continentais poderia ocasionar, esses sindicatos realizaram alguns encontros nacionais (1906, 1913 e 1920) propiciando uma maior integração entre as agremiações.

Como forma de coordenar essas ações pelo território foram criadas as federações estaduais e, em 1908, uma confederação nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB), tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro. Essas federações locais e a COB tinham a incumbência de encadear as várias propostas sindicais, visto que a diversidade econômica contribuía para o surgimento de trabalhadores de vários ofícios.

O evento mais importante nesse período foi a greve de solidariedade. Elas ocorriam quando os trabalhadores de vários ofícios se solidarizavam com uma categoria específica e assim pressionavam para que um patronato específico aceitasse as exigências. A união na/entre as categorias ocorria por vários motivos. Era motivada pela definição da base territorial pela própria categoria. Conseqüentemente, uma categoria poderia ter uma base territorial extensa (um estado da federação ou mesmo uma região que aglomerasse dois ou mais estados) e quando uma das sedes parasse, automaticamente todos os filiados se solidarizavam, ocorrendo uma greve geral daquela categoria.

Outra forma de junção das várias categorias ocorria por meio da central nacional, quando as federações sindicais e os sindicatos recebiam a informação, via telégrafo, que uma greve ocorria e logo várias categorias entravam em greve em solidariedade àquele movimento inicial.

O auge da formação dessa rede solidária territorial dos sindicatos ocorreu em 1917, na Greve Geral de São Paulo, capital. Iniciada pontualmente entre as trabalhadoras tecelãs do Cotonifício Crespi, a greve se expandiu pela cidade, chegando às várias cidades do Estado de São Paulo e do país.

Se em São Paulo, como vimos, as demonstrações de força ocorriam na ocupação de ruas e avenidas por colunas de grevistas, que assim chegavam ao centro e questionavam a reprodução do espaço determinada pela elite, no caso da ação territorial das entidades o papel era desempenhado pela federação fluminense, responsável em fomentar as manifestações pelo país.

O trecho abaixo demonstra essa articulação territorial:

No dia 14 [de Julho] realizou-se a reunião convocada pela Federação Operária do Rio de Janeiro para deliberar sobre a atitude que o operariado daquela cidade deveria tomar diante da greve geral de São Paulo. [...] Foi aprovado a seguinte moção: [...] completa solidariedade ao operariado de São Paulo, ora, em greve. [...] resolve ainda telegraphar a todas as associações federadas dos Estados, para que as mesmas procedam de acordo com o movimento iniciado no estado de São Paulo. (A PLEBE, 21/07/1917, p.04)

É importante apontar que essa união entre as entidades de classe ultrapassava, em alguns momentos, as fronteiras nacionais e operários de outros países, como aqueles que trabalhavam no Porto de Buenos Aires, manifestaram-se em apoio ao movimento paulista.

A união de várias entidades de classe por todo o território nacional, ocorrida na Greve de 1917, demonstra que existia uma estratégia de luta articulada, seja na escala local ou na regional/nacional. O movimento operário se utiliza dessas lutas locais e nacionais como forma de conquistar melhores condições de trabalho, de vida, mas também como forma de se contrapor a uma sociabilidade elitista.

Em ambas as escalas, percebemos uma visão ativa destes trabalhadores organizados acerca de quais estratégias deveriam ser utilizados, quais os progressos advindos, os erros a serem retificados, ou seja, uma necessária e eficaz ação espacial e territorial, a todo o momento, era colocada para esses sindicatos.

Ao discutirmos as escalas de ação (local e/ou regional-nacional) do movimento operário e suas respectivas intervenções, demonstra-se que há uma articulação entre essas esferas. Essa articulação só foi possível porque os trabalhadores estavam, majoritariamente, organizados em sindicatos de orientação anarquista, no qual a luta de uma entidade de classe quase sempre se transformava numa luta geral.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e a implantação de uma ditadura em 1937, as lutas operárias ficaram restritas, quase sempre, ao nível corporativo e essas ações articuladas foram diminuindo aos poucos. O Estado passou a gerir a organização dos trabalhadores a partir de uma intervenção direta nas entidades representativas, restringindo o número de manifestações locais e de articulações regional e nacional.

Esse Estado corporativo que se forma a partir deste momento, tem o território como um substrato importante de domínio, não permitindo estratégias de intervenção vinculadas aos movimentos que negavam essa investidura sindical.

Sendo assim, apenas o Estado-Nação teria o direito de articular as dinâmicas territoriais e espaciais e, junto com o Capital (nacional ou não), transformar o território em uma imensa mercadoria, determinando os locais de atuação das grandes empresas, algo comum à prática de um país sob o domínio de um capitalismo de Estado.

Esse processo também levou a uma fragmentação das categorias, dificultando a formação de greves gerais e as de solidariedade, em um ambiente corporativo no qual a possibilidade de uma verdadeira transformação social foi totalmente abandonada. E, a política de estranhamento corporativo instituída pelo Governo Vargas em 1930 e consolidada com a Constituição de 1937, ainda tem os seus impactos na vida cotidiana de nossos tempos.

A greve de uma categoria específica é sempre vista como uma demanda de um grupo social determinado que não tenha ligação alguma com outra categoria do mesmo ramo econômico. Quando a paralisação atinge setores muito sensíveis à população como um todo (caso dos motoristas e cobradores de ônibus, bancários) não é raro vermos nos noticiários de televisão outros trabalhadores reclamando da manifestação, o prejuízo que vai ocorrer, a dificuldade em se chegar ao trabalho custe o que custar, ou seja, a solidariedade de classe nunca aparece nessas reportagens.

O sindicato é visto, comumente, como uma entidade privada de alguns poucos diretores que se autobeneficiam do dinheiro arrecadado dos trabalhadores e não prestam nenhum esclarecimento em relação à forma do uso desses recursos.

Modelo sindical ainda impregnado destas ingerências citadas, ao trabalhador dos vários setores econômicos resta torcer por uma data-base mais generosa, a representação de uma entidade de classe com prática assistencialista que propicie o acesso a um plano de saúde mais barato, uma colônia de férias mais agradável, entre outras coisas.

No período que vai de 1900 a 1945 duas visões antagônicas surgem naquilo que chamamos de uma ação territorial articulada com uma ação espacial: a primeira, ligada ao Estado e em acordo com os interesses do Capital; e, a outra, ligada ao principal movimento social de então, o movimento operário.

Considerações Finais

A compreensão dessas diferentes ações territoriais permite ao geógrafo perceber as intrincadas relações que existiam entre os atores acima mencionados e de que forma a supremacia de uma visão sobre a outra ainda tem enormes reflexos nos dias de hoje.

O debate dos fenômenos sociais ocorridos nas primeiras décadas do século XX, a partir de conceitos e categorias ligadas ao pensamento geográfico, demonstrou algumas nuances ainda pouco refletidas pela comunidade acadêmica.

O olhar geográfico aqui expresso procurou identificar as ações operárias antes e depois de 1930, tendo como principal escopo compreender as necessidades e estratégias de seus principais atores sociais, os trabalhadores.

Ao empreendermos essa análise percebíamos que na passagem dos anos de 1920, com a chegada ao poder de Getúlio Vargas, os sindicatos mudavam radicalmente as suas formas de ação, seja ela na escala local ou na escala regional/nacional.

Isto ocorreu por dois motivos principais: o primeiro ligado ao próprio enfraquecimento das ideias anarquistas, predominantes até o início da década de 1930 entre os trabalhadores urbanos e, principalmente, pela grande intervenção do Estado, pautando uma nova forma de organização sindical, muito mais centralizada e hierárquica, não deixando qualquer margem de manobra para os pressupostos mais libertários, como a ação direta, o federalismo, a greve de solidariedade, etc.

O interessante nessa análise é perceber que semelhante ao movimento operário que tinha estratégias de ação na cidade, por meio das manifestações em ruas e avenidas e no país como um todo, quando a articulação dos sindicatos se dava coordenada por uma central sindical ou uma federação estadual, o modelo estatal de matiz corporativa combate ambas as estratégias com leis anti-greve e uma legislação que dificulta a articulação territorial.

Analisar as estratégias territoriais e espaciais dos sindicatos permite ao pesquisador demonstrar outra face perversa da intervenção sindical, ainda que aparentemente não fosse o papel definidor desta grande transformação. Embora

importantes mudanças tenham ocorrido com a Constituição de 1988 no que tange à intervenção nos sindicatos, o fato é que muito do que foi determinado pelos tecnocratas do Estado Novo ainda é parte essencial para o funcionamento das entidades de classe.

Mais do que uma análise vertical dos fatos apresentados, entendemos que a Geografia, enquanto ciência que analisa o território e o espaço, pode discutir as várias estratégias e quais os melhores instrumentos de luta das diversas categorias de trabalhadores (as), quer eles (as) estejam organizados nos movimentos dos sem-terras, nos sem-tetos ou mesmo nos sindicatos.

Compreender a Geografia como uma ciência de intervenção social nos faz remeter aos geógrafos clássicos do final do século XIX, como Kropotkin, que criticavam abertamente o uso hegemônico dessa ciência a serviço dos Estados-Nações que outrora se constituíam.

Referências

A PLEBE, 21/07/1917.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Reflexões sobre o Espaço Geográfico*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP. São Paulo, 1979.

CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Editora Difel, 1971.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FAYE, Emmanuel. *Heidegger: A introdução do nazismo na filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2015.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Security, territory, population - Lectures at the College de France*. New York: Picador, 2001.

_____. *Essential works of Michel Foucault (Power)*. London: Penguin Books, 1994.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KENEZ, Kátia Cristina et al. O anarquista como inimigo social. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João de Castro (org). *História do estado de São Paulo: A formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

KROPOTKIN, Piotr. *Escritos sobre educação e anarquismo*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2011.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *A Geografia na Escola Primária*. Boletim Geográfico, nº1, Abr/1943.6.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes. 2001.

_____. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991b.

_____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPREATO, Christina R. *O espírito da revolta: A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec/Annablume, 1988.

_____. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. O que é território? *Revista Orientação*, edição suplementar, Departamento de Geografia, out.1984, p.91.

MOREIRA, Ruy. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil – *Estudo sobre Sociedade e Espaço*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

PAULA, Amir El Hakim de. São Paulo no limiar do século XX: O operário enquanto subvertor da ordem espacial. *Revista Cidades*, vol.9, 2012, pp.233-258.

_____. A greve sob uma perspectiva territorial: O caso da greve dos ferroviários de 1906. *Pegada Eletrônica*, vol.14, n.2, pp.81-97, dez/2013.

PETRONE, Pasquale. São Paulo no Século XX. In: AZEVEDO, Aroldo de. *A Cidade de São Paulo-Vol.II*. São Paulo: AGB. 1958. p.101-165.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. *Revista do departamento de Geografia da USP*, v.2, pp.93-101, 1983.

SAMIS, Alexandre. Introdução. In: LEVAL, Gastón. *Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário/ A dupla greve de Genebra*. São Paulo: Editora Faisca/ Imaginário, 2007. p.07-18.

_____. Pavilhão negro sobre a pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Editora Imaginário, 2004. p. 125-190.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e estado*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I; GOMES, P. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

VITTE, Antonio Carlos. *Kant, o kantismo e a geografia: Historias, percalços e possibilidades*. Campinas: Appris Editora, 2014.

Recebido em: outubro/2016.

Aceito para publicação em: dezembro/2016.